

Cochilos e preconceitos na cobertura da área militar pela mídia*

Mário Augusto Jakobskind**

De que forma a grande mídia tem dado cobertura à área militar? Essa pergunta deveria merecer alguma reflexão dos editores e também dos pauteiros, setores vitais na rotina do noticiário diário. Nos últimos anos, órgãos de imprensa, que nos chamados anos de chumbo compactuaram com o arbítrio, têm apresentado as Forças Armadas de forma visivelmente preconceituosa. Qualquer jornalista ou mesmo cidadão medianamente informado sabe muito bem que, a partir da década de 1990, a potência hegemônica, os Estados Unidos, tem enfatizado a política de enfraquecimento e liquidação dos exércitos latino-americanos (mas, no período da Guerra Fria, os mesmos Estados Unidos utilizaram os setores militares brasileiro e latino-americano para defender interesses vinculados ao grande capital), ou, então, como é desejo recente do(s) governo(s) estadunidense(s), a transformação das Forças Armadas dos países latino-americanos em meras forças policiais com a função de combater o narcotráfico e o terrorismo.

Foi o que aconteceu na 6ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em Quito, em novembro passado, quando o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, tentou de todas as formas que se aprovasse a formação de uma Junta Interamericana de Defesa com a finalidade de combater o "terror regional". Esse projeto acabou brecado graças à firme oposição de Brasil, Argentina, Venezuela e Canadá. O fato não mereceu o destaque devido, muito menos ser-

viu de gancho para aprofundar a discussão do relevante papel das Forças Armadas. Qual foi o motivo? Desinteresse, preconceito, falta de visão jornalística ou apenas cochilo?

Outro fato solenemente ignorado pela mídia e que, sem dúvida, mereceria a máxima atenção, por seu grande interesse jornalístico, foi a recente visita de uma comissão de militares brasileiros ao Vietnã. A informação não seria difícil de ser obtida. Bastaria um pauteiro atento fazer uma incursão ao *site* do Exército Brasileiro para ficar sabendo que o Estado-Maior do Exército, por proposta do Comando de Operações Terrestres (COTER), enviou comitiva militar ao Vietnã.

Segundo o Exército, "a visita teve por objetivo realizar os contatos com as Forças Armadas daquele país e viabilizar, em futuro próximo, intercâmbios sobre a Doutrina da Resistência nos níveis estratégico, tático e operacional". Além de Hanói, foram visitadas as cidades de Haiprung, Ho Chi Min - antiga Saigon - e a província de Cúchi, que abriga 250 quilômetros de túneis construídos na Guerra do Vietnã. A comitiva foi composta por quatro oficiais: um do Comando de Operações Terrestres - COTER, um da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - e dois do Centro de Instrução de Guerra na Selva - CIGS.

Pesquisa mais apurada, nesse mesmo *site*, poderia destacar uma entrevista concedida pelo Comandante Militar da Amazônia. O oficial não escondeu que o Brasil vai recorrer a ações de enfrentamento semelhantes às de países como o

* Transcrito do Observatório da Imprensa on line em 27.01.2005

** O autor é jornalista.

Vietnã e o Iraque, em caso de conflito na Amazônia. Segundo Figueiredo, “a estratégia da resistência não difere muito da guerra de guerrilha e é um recurso do qual o Exército não abrirá mão num possível confronto com país ou grupo de países com potencial econômico e bélico maior que o do Brasil”. E acrescentou: “(...) se deverá contar com a própria selva tropical como aliada para o combate ao invasor”.

Nem seria necessário acionar analistas castrenses para concluir que as palavras do general e a ida da comissão militar ao Vietnã para estudar *in loco* a resistência ao invasor estrangeiro deve ter desagrado profundamente o Pentágono.

Em vez disso, coincidentemente ou não, no mesmo período da visita ao Vietnã, jornais e TVs deram o máximo de estaque a fotos supostamente do jornalista Vladimir Herzog sendo torturado em dependências do Exército. Posteriormente, comprovou-se que as fotos não eram de Herzog e que estavam disponíveis há tempos, mas só naquele momento vieram à tona. Pouco tempo depois, por coincidência ou não, câmaras da TV Globo mostraram a queima de arquivos da repressão em dependências militares na Bahia. Como conseguiram chegar lá, praticamente no mesmo momento da queima, que pela lógica seria ação fechada a sete chaves? O fato, como não poderia deixar de ser, teve grande repercussão e remeteu à discussão sobre a divulgação de arquivos secretos do período autoritário no Brasil.

Poucos foram os órgãos de imprensa que tentaram aprofundar o motivo pelo qual, de repente,

não mais do que de repente, (re)apareceram fotos, que já eram conhecidas há tempos, de um torturado que não era Herzog, mas, sim, um padre canadense. Nenhum editor teve o estalo de ir mais a fundo na questão da derrota de Rumsfeld na 6ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas.

Diante da informação oficial sobre a comissão brasileira ao Vietnã, não seria o caso de se fazer uma matéria especial sobre a área militar e a ação dessa instituição na Amazônia? Por que os jornalões não pautam algum correspondente nos Estados Unidos para saber o que teria a dizer o Pentágono ou o Departamento de Estado sobre o tema? Caso um jornal de porte médio se interesse, não precisaria ir tão longe. Bastaria algum repórter em Brasília perguntar a opinião do embaixador ou do adido militar estadunidense sobre o tema.

Muitas outras questões podem ser levantadas pelos repórteres e surgiriam naturalmente com o desenrolar da pauta, bastando para tanto vontade e orientação das chefias.

Vale, então, voltar ao ponto de partida deste comentário e perguntar: onde andam os editores que têm deixado de lado assuntos relevantes e de grande interesse jornalístico como o da questão militar hoje? Será apenas cochilo, desinteresse ou mesmo preconceito? Ou será que, por trás desse silêncio constrangedor, que depõe contra a própria mídia, se esconde algum tipo de orientação deliberada e que se reflete em colocações com o visível objetivo de desacreditar uma instituição, as Forças Armadas, preocupada com a questão nacional, como tem acontecido não raramente? 🌐

Aspectos da conjuntura internacional*

*Manuel Cambeses Júnior***

Neste trabalho, abordaremos alguns dos principais tópicos da atualidade internacional, sem a pretensão de esgotá-los, dando ênfase àqueles que poderão servir de elemento motivador para uma análise mais profunda da conjuntura internacional.

Conjuntura internacional

A situação política mundial, uma década e meia após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o término da Guerra Fria, ainda não atingiu seu estágio de equilíbrio, estando por isso mesmo sujeita a contínua mutação.

O fim da Guerra Fria, a hegemonia do capitalismo no mercado internacional, a falência do modelo comunista, associados ao inexorável processo de polarização, configuram novo cenário mundial e impõem a reavaliação da visão hemisférica, para que seja melhor conhecida em seus aspectos predominantes a conjuntura internacional.

A análise das variáveis que conformam esse novo cenário indicam que o quadro político mundial assumiu novos contornos. Os conflitos regionais, até então fortemente influenciados não propriamente na sua origem, mas na sua configuração e na sua evolução, pelas intervenções das superpotências, livres agora do enquadramento que lhes era imposto em função do conflito Leste-Oeste, sofrem crescente influência do alargamento do fosso entre ricos e pobres, consubstanciado no confronto Norte-Sul.

Os tempos de elevada confrontação entre as duas superpotências, que lideravam os blocos capitalista e socialista, surgidos ao fim da Segunda Guerra Mundial – tempos de relativa estabilidade, em que o papel dos atores era predeterminado –

deram lugar, nos últimos anos, a um cenário que se destaca do anterior pelo amortecimento da confrontação em nível global, pela dificuldade de se determinar o papel dos atores nesse novo contexto e pela instabilidade daí decorrente.

Já não mais existe a estrutura bipolarizada; já não se adotam argumentos indiretos para se atingir objetivos principais. Os conflitos armados, ocorridos durante o período da bipolaridade, raramente apontaram para um real perigo de guerra total ou nuclear. O armamento nuclear se constituiu, quase paradoxalmente, num dos maiores instrumentos da paz entre os líderes dos dois blocos da Guerra Fria, tornando-se fonte incontestada de seu poder diante dos aliados e parceiros intrabloco. Algumas regras de convivência eram respeitadas.

As visões continentais cedem rapidamente lugar a um visível alargamento das fronteiras políticas, econômicas, militares, científico-tecnológicas e psicossociais. Assiste-se à transição de um ciclo histórico que se desvanece para outro cujos contornos ainda não estão claramente definidos.

Esse cenário encontra uma Rússia com grande poder militar em busca de correspondente participação política e econômica no concerto das nações. A criação, pela atual Federação Russa, da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que pretendia, ao mesmo tempo, resgatar parte da antiga União Soviética e se contrapor principalmente à União Européia, não teve sucesso. Mesmo a projetada inclusão da Rússia no grupo dos países mais desenvolvidos, que viria a formar o G-8, obedece muito mais aos objetivos dos três centros de po-

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel Aviador.

der econômico (EUA, União Européia e Japão) do que a uma estratégia russa.

A desintegração do regime comunista na Europa ensejou uma série de transformações em todo o Leste Europeu. Alianças foram extintas e povos readquiriram sua soberania. Em alguns países como a República Checa, Hungria e Polônia, esse novo reordenamento deu-se de forma pacífica. Entretanto, em outros, ocorreram perturbações sociais localizadas, como na Albânia e Romênia.

Na antiga Iugoslávia, rompeu-se o frágil equilíbrio mantido durante a era Tito e de novo ressurgiu o fenômeno da balcanização, com o seu seqüito de guerra e destruição. A guerra entre sérvios, croatas e muçulmanos da Bósnia mal tinha terminado, com o acordo de Dayton patrocinado pelo Governo norte-americano, e um novo conflito explodia na região do Kosovo, onde os albaneses desafiaram o governo central e receberam o apoio ocidental. Malgrado o acordo de Ramboulet, a OTAN, liderada pelos EUA, promoveu uma intervenção de novo tipo, sem o concurso das Nações Unidas e sob o pretexto de que motivos humanitários se sobrepõem ao princípio do respeito à soberania e integridade territorial dos países-membros da Organização das Nações Unidas.

A visão sistêmica indica um quadro de transformações de alcance global, cujo resultado final não pode ser corretamente delimitado e que é decorrente de um processo acelerado, onde desponta, num quadro ainda marcado pela hegemonia da superpotência solitária (EUA), uma tendência ao surgimento de novos pólos de poder mundial.

Nesse sentido, observa-se, além da existência das duas megapotências econômicas (UE e Japão), as seguintes tendências: a transnacionalização; o aumento da interdependência econômica; a proliferação de crises nacionalistas; o fluxo extremamente dinâmico de capital, calculado hoje em três trilhões de dólares norte-americanos por dia; as inéditas e profundas interações culturais, facilitadas pelas comunicações instantâneas, transportando quantidades imensas de informações e alterações

significativas nos paradigmas de relacionamento entre os indivíduos, grupos sociais e nações.

Dessa maneira, superada a fase da bipolaridade – vale dizer a divisão do mundo entre as superpotências, capitalista e socialista –, o sistema internacional se orienta, tendencialmente, para a multipolaridade. Foi assim que se delineou, ao longo da década de 1990, um novo quadro, em que os países emergentes (Brasil, Índia, Paquistão, África do Sul, Nigéria, o mundo árabe junto com os países da Ásia Oriental) apresentam-se como potências médias que buscam alcançar o *status* de pólos de poder regional.

Constata-se, ainda, que grupos de países (blocos comerciais ou econômicos integrados), como a União Européia, e agentes não-governamentais (grupos de interesse privado, corporações transnacionais, entidades ambientalistas) participam, com crescente capacidade de influência, na formulação da agenda internacional, isso quando não determinam o próprio encaminhamento de diversos problemas em curso no mundo.

Nesse complexo emaranhado de atores que constitui o sistema internacional pós-Guerra Fria, pode-se identificar os Estados Unidos como a atual e solitária superpotência, seguidos pelas megapotências Japão e União Européia e acompanhados, com grau crescente de desconfiança, pela China e a Rússia.

No grupo dos organismos multilaterais, identifica-se a importância da Organização das Nações Unidas, que congrega 191 países e tem dado respaldo a diversas ingerências em conflitos em dias atuais. A Organização dos Estados Americanos merece destaque por ser o foro regional que reúne a maioria dos países das três Américas e onde as questões da região podem ser encaminhadas. Alguns outros organismos políticos internacionais têm importância muito limitada, não tendo jamais logrado atingir os objetivos para os quais foram criados, como a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana.

No panorama mundial pós-Guerra Fria, a posição antagônica de caráter político-ideológico-militar entre o bloco ocidental e o oriental foi subs-

tituída pela confrontação entre forças predominantemente econômicas, financeiras e científico-técnicas. No mesmo contexto, estão os blocos regionais, cuja importância no cenário internacional varia muito de acordo com as características específicas de cada um. Os principais são (em ordem alfabética) a APEC, a ASEAN, o MERCOSUL, o NAFTA e a UNIÃO EUROPÉIA. Outros, de dimensões econômicas bem menores, apresentam graus diferentes de eficácia, como o CARICOM, o CEI (Comunidade dos Estados Independentes) e o Bloco Andino. Todos esses organismos e entidades são interlocutores econômicos e políticos que poderão representar atalhos ou barreiras para a inserção competitiva do Brasil. Atuam, ainda, no campo econômico, organismos internacionais da regulação do comércio como a Organização Mundial do Comércio, herdeira do GATT, e organismos de controle econômico-financeiro internacional e de fomento ao desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, todos muito importantes para as aspirações brasileiras de ampliação do seu poder nacional.

Os Estados Unidos, como potência hegemônica mundial, formam, juntamente com o Japão e a União Européia, a tripolaridade econômica que ainda utiliza como estrutura de cúpula o chamado G-8 (Grupo dos Oito), integrado pelas oito maiores economias do mundo (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Canadá, Japão, China e Rússia). Os membros do G-8 compartilham de algumas concepções “novas” sobre a dinâmica do relacionamento internacional, como as noções de “dever de ingerência” e “direito de intervenção”, que podem ser invocados sempre que seus interesses estratégicos forem considerados ameaçados. Em alguns casos, ações militares têm sido empreendidas com o respaldo do Conselho de Segurança da ONU e, em outros, com a participação da OTAN, sugerindo já sua evolução depois que o desaparecimento do Pacto de Varsóvia retirou-lhe sua primordial razão de ser.

Ainda, segundo o G-8, o interesse da humanidade, associado à proteção de valores universalmente conhecidos, justificaria ações internacionais “corretivas”, mesmo que ao arripio de princípios consagrados do Direito Internacional, como a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. Cria-se, então, uma moral relativa a justificar “o dever de ingerência para legitimar, à revelia da ordem jurídica internacional, as ações intervencionistas, sobretudo na área de direitos humanos”.

O acelerado desenvolvimento da China – com crescimento econômico médio anual, nos últimos dez anos, de 9% – e de outros países asiáticos limítrofes, como já foi observado, tem colaborado de forma decisiva para a alteração da lógica da política mundial, com a possibilidade de mudar a pauta regida pelos interesses concentrados de algumas potências. A China não faz segredo de que um de seus objetivos nacionais permanentes é a reunificação de todo seu território, o que implica a solução, num breve prazo histórico, da questão de Taiwan. O significado final e maior do projeto chinês é a transformação do seu ecúmeno nacional num dos pólos de riqueza e desenvolvimento no século XXI.

Para o Brasil, que hoje depende fundamentalmente do comércio exterior para voltar a ter uma trajetória de crescimento sustentado, a China é um parceiro ideal. Em 2003, o chinês já foi o terceiro mercado externo de produtos brasileiros (US\$ 4,5 bilhões).

O comércio Brasil-China registrou uma expansão espetacular a partir de 2002, por iniciativa dos próprios chineses, que hoje estão entre os maiores compradores de soja, minérios e aço brasileiros. A China é superavitária no comércio com os países ricos e deficitária com o Brasil.

Os chineses pensam a longo prazo e já buscam como objetivo um comércio exterior total da ordem de US\$ 2 trilhões em 2010 e de US\$ 4 trilhões em 2020, sendo que, no ano passado, atingiram a cifra de US\$ 1,3 trilhão. Para tal, necessitam de projetos de longa maturação. Em

suma, há uma ampla convergência de interesses nas relações sino-brasileiras.

Na Grã-Bretanha, após cerca de dezoito anos no poder, o Partido Conservador perdeu as últimas eleições parlamentares, sagrando-se vencedor o Partido Trabalhista. Em consequência, seu líder Tony Blair, assumiu o cargo de primeiro-ministro, o mais moço chefe de governo britânico desde 1812. O avanço dos trabalhistas se deu, em grande parte, pelo desgaste do longo tempo no poder dos conservadores. A Grã-Bretanha é um dos países da Europa que detém um dos mais baixos índices de desemprego e possui economia estável, fruto das privatizações levadas a efeito durante o período da Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Observa-se, na atualidade, um grande desgaste na administração Blair, fruto do engajamento da Grã-Bretanha na Guerra do Iraque, o que tem acarretado severas críticas por parte da população e da imprensa britânicas.

Na França, no que tange à política externa, ocorreram alterações perceptíveis, com significativa elevação do tom da crítica francesa à hegemonia da superpotência global. O protagonismo gaulês reapareceu em grande estilo na recente votação na Comissão de Direitos Humanos, em Genebra, quando Paris foi contemplada com a totalidade dos votos dos países representados, enquanto os EUA obtinham humilhante o quarto lugar, chegando atrás da Suécia e da Áustria e perdendo, com esse resultado, a representação em tão importante bastião do conflito interestatal contemporâneo. O mal-estar francês com a globalização, denunciada como a "americanização" do mundo, tem alimentado o movimento anti-globalização, que, de Seattle a Quebec, manifesta-se em oposição à hegemonia financeira exercida pelos organismos internacionais.

A Rússia, a outra superpotência da Guerra Fria, passou por uma grande mudança em todos os sentidos. Depois dos espetaculares acontecimentos do início do decênio de 1990, com o fim do regime soviético e o afastamento de Gorbachov,

substituído por Boris Yeltsin, assistiu-se à transição abrupta do sistema de planejamento centralizado que dominava a economia para o mercado livre e, no campo político, do sistema monopartidário para o multipartidário. Apesar de Yeltsin, agente e operador da grande mudança, ter sido reconhecido como parceiro pelos líderes ocidentais, a sensação interna de um crescente isolamento e a perda de posição no sistema de poder mundial levaram o país, a partir de 1998, abalado gravemente com a crise financeira global, a escolher uma nova liderança na figura do Presidente Vladimir Putin.

Embora desfrute de um grande consenso e tenha reconciliado a nação depois dos traumas da transição, Putin vem-se defrontando com inúmeros problemas de ordem econômica e social. O valor da produção caiu de forma acentuada, o desabastecimento tornou-se uma constante, e as condições de vida do povo russo caíram vertiginosamente. A parte descontente da população passou a questionar os processos de privatização em curso, ao mesmo tempo em que criticam o desempenho do governo no recente conflito ocorrido no foco separatista da Chechênia. Entretanto, o Presidente Putin continua liderando o Governo russo, num quadro de incertezas e instabilidade. As Forças Armadas russas se encontram enfraquecidas em decorrência de escassos recursos orçamentários. Entre outros fatores, a perda real de poder na Expressão Militar obrigou a Rússia a aceitar fórmula de entendimento com a OTAN, sob a forma da chamada Ata de Fundação OTAN - Rússia, assinada em Paris, em 27 de maio de 1998. Abriu-se assim o caminho para a expansão da aliança militar na direção Leste, incluindo países do antigo bloco soviético. O acordo e a expansão da aliança militar liderada pelos EUA visam a reorganizar o sistema de segurança na Europa.

A desintegração da URSS ainda provoca instabilidade no Leste Europeu, cujos países, sem experiência democrática, têm encontrado dificuldades em se ajustar à economia de mercado. Apesar dos esforços da Rússia, a CEI não conseguiu atin-

gir nível razoável de eficácia, nem mesmo como mero instrumento de coordenação de políticas.

Em alguns países oriundos da implosão da URSS, existem problemas de minorias russas, que foram, no período de hegemonia russa, intencionalmente trasladadas para certas regiões. Com o fim do regime soviético, esses grupos passaram a ser hostilizados. Observa-se esse fato na Letônia, Lituânia, Tadjiquistão, Quirguízia, Cazaquistão e Ucrânia.

Outro acontecimento que preocupa a Rússia são as atividades de grupos fundamentalistas islâmicos que atuam no Afeganistão e no Irã e as possíveis conseqüências nas repúblicas da antiga URSS que fazem fronteira com esses países, em especial Turkmenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. Tal preocupação levou o então Presidente Yeltsin a assinar um acordo de cooperação com o Governo da China, tendo em vista a estabilização da Ásia Central. No período mais recente, liderada por Putin, a Rússia tem-se mostrado ativa em buscar a parceria dos países da Ásia, dando continuidade às boas relações com a China, retomando o diálogo com o Japão e se reposicionando na península da Coreia.

O Japão vem buscando uma posição internacional própria. Nota-se uma mudança nos rumos de sua política externa, pois deseja deixar de ser apenas uma grande economia para se transformar em potência mundial atuante. Após alguns anos de quase estagnação, a economia japonesa voltou a crescer a partir de 1996, registrando taxas em torno de 3,6%, mais elevadas do que as de muitos países industrializados. As exportações tornaram a aumentar, em 5,4%, graças a desvalorização do iene em relação ao dólar. Os investimentos do setor privado também experimentaram considerável crescimento, em torno de 6,4%. A Ásia tem sido para o Japão a área de maior rentabilidade. Foi pela necessidade de reduzir custos de produção que o Japão, a partir do final do decênio de 1960 e mais intensamente no de 1970, passou a investir pesadamente nos seus vizinhos asiáticos e a transferir, primeiramente para Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong e Cingapura, as indústrias intensivas de mão-de-obra

como a têxtil e a de equipamentos elétricos, ou parte da rede de fornecedores e subcontratantes para aquelas mesmas indústrias.

Atualmente, o país continua enfrentando problemas comerciais com os EUA, em decorrência de medidas protecionistas adotadas por esse último. Por outro lado, ainda existe certo grau de necessidade de alinhamento com os Estados Unidos no que se refere à sua política externa. A revisão das diretrizes de cooperação militar Japão/EUA preocupa a China, tida como eventual potência hostil. Nesse sentido, os EUA reiniciaram um programa de ajuda econômica à China, suspenso em razão da política nuclear chinesa.

O atual primeiro-ministro japonês é visto como um reformador capaz de instaurar um período de mudanças que venha despertar a economia, submetida a um ciclo recessivo. No que tange ao continente asiático, a China e o Japão são nações que apresentam o melhor desempenho, emergindo como possíveis megapotências mundiais neste século. Com objetivos análogos, podem-se citar, no Sudeste Asiático, a Malásia e a Indonésia. A Índia, de forma mais lenta e gradual, também vem direcionando sua economia para um crescente movimento de ampliação do poder nacional, com ênfase na liberalização da economia e industrialização mais acelerada.

O episódio de 11 de setembro de 2001, em que os EUA sofreram terríveis atentados nas cidades de Nova York e Washington, tornou a região da Ásia Central o epicentro de um novo conflito envolvendo o Afeganistão. Esse país - cuja liderança político-religiosa, o Talibã, deu abrigo a Bin Laden, denunciado como mentor dos atentados - isolou-se da comunidade internacional e foi atacado pelas forças dos EUA e da Inglaterra. O conflito, por situar-se no corredor Irã-Afeganistão, que leva aos ricos depósitos petrolíferos do Cáspio e da Ásia Central, ameaçava estender-se a toda região e envolver outros países, com possibilidade de conflagrar o mundo.

A seguir, o mundo assistiu à invasão do Iraque por tropas da coalizão anglo-estadunidense, em

março de 2003, sem o respaldo do Conselho de Segurança da ONU e ao arrepio das leis internacionais, numa atitude prepotente, intempestiva e unilateral do Governo norte-americano. Para justificar a agressão ao país mesopotâmico, foi alegada a falta de um regime democrático no Iraque (governado, até então, de forma ditatorial, pelo sátrapa Saddam Hussein) e a suposta existência de armas de destruição em massa pertencentes ao acervo bélico iraquiano.

O Presidente George W. Bush, totalmente convencido do papel que a providência divina lhe outorgou, acolheu a filosofia política neoconservadora na missão sagrada de projetar os valores da “Nova Jerusalém” sobre os quatro pontos cardeais. Entretanto, mais além dos mitos, o realismo político exige respostas a muitos questionamentos. O que fazer com aquelas culturas milenares (islâmicas ou confucianas) que visualizam as idéias liberais ocidentais como tremendamente estranhas, perigosas ou agressivas, em que o princípio da autoridade e a obediência social se assentam basicamente na tradição?

O atual Governo estadunidense está gastando em defesa mais de 40% do que o restante do mundo, em seu conjunto, destina para esse fim. Possui forças militares estacionadas em 700 bases espraçadas por todo o mundo, com 120 mil soldados na Europa, 90 mil na Ásia Oriental e Pacífico e quase 200 mil no Norte da África e Ásia Ocidental. Com o pretexto de lutar contra o terrorismo, os EUA invadiram o Afeganistão, a seguir, o Iraque e, abertamente, ameaça o Irã, a Síria e a Coréia do Norte.

As relações sírio-libanesas transformaram-se em séria prova para a comunidade internacional. O regime dinástico-presidencial de Damasco não poderá seguir ignorando por muito tempo a pressão internacional para que ponha fim a uma ocupação síria que se prolonga por vinte e nove anos. Os EUA, a União Européia, a Rússia e o próprio Líbano desejam e propugnam por uma retirada total das forças militares e do serviço secreto sírios do território libanês, muito embora o grupo ter-

rorista Hezbollah adote posição diametralmente oposta à aspiração libanesa.

A nova estrutura de relacionamento mundial é extremamente dinâmica, com duas tendências predominantes: a regionalização e a globalização. A primeira pode ser considerada como uma etapa intermediária para a segunda, e esta, por sua vez, envolve a interdependência dos atores da cena mundial, conectados por alguns fatores delineadores de fronteiras virtuais, diferentes das físicas, responsáveis pela conexão global, marcando profundamente o seu desdobramento. Assim, verifica-se que a economia mundial, a temática do meio ambiente, as telecomunicações internacionais, a preocupação constante com a segurança, os processos de integração regional e mundial moldam o mundo de hoje e são os componentes básicos de conexão do sistema mundial.

A globalização dos mercados e da economia resultou em inusitado surto de crescimento, contudo os frutos dessa prosperidade não estão sendo compartilhados de maneira equânime. Na verdade, aparentemente, o mundo cada vez mais se divide entre os países que auferem grandes lucros e outros que absorvem sérias perdas econômicas e profundos prejuízos sociais. O capital volátil, mais do que nunca, hoje, movimentava-se livremente com a velocidade das fibras óticas, podendo escolher, sem pruridos, a base geográfica e humana que lhe ofereça as melhores condições de competitividade e ganhos. Calcula-se que o mercado mundial de câmbio gira algo em torno de US\$1,5 trilhão por dia, valor capaz de engolir qualquer banco central do planeta. Tal realidade reforça a consciência, na comunidade internacional, dos riscos envolvidos na globalização financeira, a qual passou a ter enorme impulso na década de 1990. Nesse período, os fluxos de capital para países em desenvolvimento cresceram de US\$ 45 bilhões, em 1990, para US\$ 320 bilhões em 2003. Na visão dos países em desenvolvimento, esse incremento é sempre bem-vindo, especialmente porque há, no processo, componentes estruturais muito positivos: a internaciona-

lização das carteiras dos grandes fundos de pensão norte-americanos, por exemplo, representa para o Brasil, a China, a Índia e a Rússia (potencialmente vorazes absorvedores de poupança) uma rara oportunidade de receber capital de longo prazo, aumentando o nível de investimento sem acelerar o consumo.

Atuando com grande apelo e influência na convivência internacional, estão as organizações não governamentais (ONGs), que se caracterizam pela falta de compromisso com as regras sistematizadas pela sociedade e constituem um fenômeno de proporções consideráveis. Estima-se que existam, aproximadamente, 4.400 dessas entidades com atuação na América Latina e no Caribe.

Neste começo de século, o Islamismo é professado por mais de um bilhão de crentes, que vivem em 56 países na Eurásia, no Oriente Médio, na África e na Oceania, comportando diversas etnias. Além disso, vem-se acentuando e ampliando a orientação fundamentalista do islamismo, num processo que tem gerado e feito ressurgir um grande número de conflitos sangrentos. Além de divergências profundas dentro do próprio mundo islâmico, o fundamentalismo tem como uma de suas principais características o ódio contra o Ocidente. Cedo ou tarde, a energia do islamismo, ora parcialmente represada, poderá provocar um processo de explosão, a gerar acontecimentos históricos incontroláveis e de grande envergadura.

Militar e politicamente poderosos, os Estados Unidos não representam a única grande força econômica do mundo contemporâneo pois, além de enfrentarem, internamente, graves dificuldades econômicas, deparam-se com o Japão e a Alemanha como potências econômicas quase no mesmo patamar.

O mundo passa por uma acelerada transição, com destaque para a formação de blocos de países com interesses econômicos comuns - União Européia, sob a liderança da Alemanha; Complexo Asiático, liderado pelo Japão -, o que vem, de certa forma, opor-se à hegemonia dos Estados Unidos.

Partindo, então, do momento histórico universal e da análise da economia política que permeia o conjunto das nações, desenham-se os blocos econômicos regionais, formados pela associação de países que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Destaca-se como aspecto mais importante na formação desses blocos a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio, aumentando a interdependência das economias dos países-membros.

A primeira iniciativa nesse sentido ocorre por volta de 1957 na Europa, com a criação da Comunidade Econômica Européia, base para a formação da atual União Européia.

Em 1º de maio do ano passado, a União Européia implementou uma nova ampliação, a quinta desde que foi firmado o Tratado de Roma, em 1957. Dez novos estados, muito diversificados por sua história ou sua estrutura econômica, passaram a integrar a União: duas ilhas mediterrâneas (Chipre e Malta), cinco antigos "satélites" da extinta URSS (Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Polônia e República Checa) e três antigas repúblicas soviéticas (os países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia). A Bulgária e a Romênia continuam preparando-se, com base na "Folha da Rota" acordada com a Comissão da UE, em vista de uma adesão programada para 2007.

Com essa ampliação, que completa a reunificação da Europa iniciada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, a União reata os laços com a sua história, reencontra a sua geografia e alarga o compartilhamento dos seus valores democráticos.

A ampliação da União Européia converterá a "União a 25" em uma zona econômica próspera e ativa. Com o acréscimo de cerca de 75 milhões de habitantes, a UE contará com 455 milhões de consumidores, e seu PIB ultrapassará 9.600 bilhões de euros, ou seja, um quarto da riqueza mundial.

A União Européia não projeta viver retráida sobre si mesma. Ela já é o primeiro parceiro

comercial do Brasil (com 26% dos intercâmbios) e, com sobras, o primeiro investidor em nosso País, totalizando mais da metade dos investimentos diretos estrangeiros. Isso, certamente, comprova que as empresas européias enxergam a sua atividade no Brasil a longo prazo, a despeito dos acasos da conjuntura.

O Nafta - *North América Free Trade Agreement* -, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, ocupa um território de 20.881.660 km², com PIB de US\$ 7,6 trilhões e mercado consumidor de 391 milhões de pessoas. Tem como membro principal os Estados Unidos, única superpotência do mundo atual, com extensão territorial de 9.372.614 km² e população aproximada de 270 milhões de habitantes, colocando-se na condição de maior importador do planeta.

Por sua estatura estratégica no cenário mundial, os Estados Unidos têm mantido conversações bilaterais, a despeito da importância atual que detêm os organismos multilaterais, praticando, ainda, forte protecionismo comercial, exercendo pressões econômicas unilaterais e adotando processos de retaliações sem amparo em tratados internacionais, valendo-se, tão-somente, do seu poderio econômico e militar.

Com efeito, para enfrentar o imobilismo tecnológico industrial, agravado pela competitividade externa, o Governo norte-americano tem criado mecanismos de assistência para as corporações nacionais, além de estabelecer barreiras para transferência de tecnologias que possam beneficiar países em desenvolvimento, tentando reservar-lhes, em princípio, espaço para serem fornecedores de matérias-primas.

No entanto, é na América Latina redemocratizada que os Estados Unidos têm as maiores perspectivas de ampliação de seus objetivos de curto e médio prazos. Nesse sentido, o diálogo mais intenso resultou, em fins de 1994, na assinatura da Declaração de Líderes da Cúpula das Américas, em Miami, como prenúncio para a

pretendida celebração de Acordo de Livre-Comércio (Alca) em todo o continente. Tal assunto foi tratado em 1998, em Belo Horizonte, no Fórum das Nações, ficando acertadas, em princípio para o ano de 2005, a extinção das barreiras comerciais, a redução de alíquotas e a consolidação da Alca, prevalecendo a posição defendida pelo Brasil ante a intenção norte-americana de concretizar esse bloco. Na verdade, o que o Governo brasileiro pretende é estruturar fortemente os pressupostos comerciais e políticos do Mercosul (Mercado Comum do Sul), criando condições adequadas para que esse grupo possa vir a competir, de maneira equilibrada, com o poderoso mercado do Norte, hoje, representado pelo Nafta.

A formação do Mercosul, ainda em curso, sinaliza para a futura criação de um megabloco sul-americano. Criado a partir de programas de cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina, na década de 1980, constitui uma zona de livre-comércio na América do Sul, agregando-se também o Uruguai e o Paraguai. Oficialmente instituído em janeiro de 1995, por intermédio da cláusula prevista no Tratado de Assunção (1991), a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul, estabeleceu uma tarifa externa comum, iniciando dessa forma a etapa de formação de uma união aduaneira, primeira etapa para a criação de um mercado comum do sul. Com os acordos firmados, permitiu-se a livre circulação, nos países-membros, de mercadorias fabricadas, isentas de alíquotas de importação, exceção feita a um pequeno grupo de produtos sobre os quais poderá incidir tarifa diferenciada.

Representando uma população de 221 milhões de habitantes e PIB da ordem de US\$ 880 bilhões, sua sede alterna-se entre as capitais dos países-membros, cabendo ressaltar que, nos últimos anos, verificou-se acentuado incremento do comércio. Atualmente, o Mercosul mantém, na condição especial de associados, o Chile (não participando das tarifas externas comuns) e a

Bolívia e estuda acordos com Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, países do grupo andino.

O Brasil, como maior país da América do Sul e detentor do mais expressivo PIB da região, destaca-se dos demais e assume liderança natural desse bloco econômico.

A Apec - *Asia-Pacific Economic Cooperation* - (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) é formada por Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia, Estados Unidos (países fundadores); China, Hong Kong e Formosa (Taiwan), desde 1991; México, Papua-Nova Guiné, desde 1993, e Chile, desde 1994. Sua criação ocorreu em 1989, por iniciativa do primeiro-ministro australiano, porém, na realidade, respondendo a desejos dos Estados Unidos e do Japão. Quatro anos mais tarde, adquiriu características mais estruturadas de bloco econômico, na Conferência de Cúpula de Seattle, nos Estados Unidos, tendo como compromisso transformar o Pacífico em área de livre-comércio.

Tem PIB de US\$ 19,3 trilhões e mercado consumidor de 2,6 bilhões de pessoas.

A Asean - *Association of Southeast Asian Nations* - (Associação das Nações do Sudeste da Ásia) tem como países-membros: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã. Possui PIB de US\$ 612 bilhões e mercado consumidor de 533 milhões de habitantes.

É de se registrar que os empreendimentos transnacionais são a grande característica da economia globalizada. Embora já existissem durante a fase da Guerra Fria, cresceram de importância com a nova ordem mundial, caracterizando-se como atores de grande relevância no cenário internacional. No período do confronto ideológico, eram vistos como representantes do "imperialismo capitalista". Hoje, a sua presença é estimada e disputada por países em desenvolvimento. Embora tragam crescimento econômico, tornam-se, por vezes, atores mais poderosos que os pró-

prios governos e vislumbra-se uma tendência de terem as suas estratégias totalmente alinhadas com as dos seus países originários.

Nota-se, com efeito, que permanece ativa a histórica tendência à intervenção econômica dos mais poderosos sobre os mais fracos, tendo como pano de fundo a abordagem de temas como a preservação ambiental e a defesa dos direitos humanos, que se apresentam como os principais argumentos a justificar tais ingerências.

Assim, nações que destruíram suas reservas florestais julgam-se fiscais da humanidade, investidas do direito de intervir nas soberanas decisões de outros países, invocando o tema do desmatamento como justificativa. Grassa, entre os países ricos, a tese da soberania limitada. As cruciais questões da defesa dos direitos humanos e do combate ao narcotráfico oferecem outras oportunidades aos países poderosos para respaldar suas tentativas de submeter os menos desenvolvidos aos seus interesses.

Em que pesem a globalização, a existência de blocos regionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o aumento dos investimentos externos, o incremento do comércio exterior etc, o que se verifica, no entanto, é que o essencial dos fluxos de investimentos e de transferência da tecnologia se dá entre os próprios países desenvolvidos, tipicamente os membros da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento).

O comércio mundial é dominado, incontestavelmente, pelos países com industrialização mais avançada. Coincidentemente, as nações responsáveis pelos dez maiores volumes de exportação do mundo são exatamente as mesmas que efetuam os dez maiores gastos com importações, com pequenas alterações de posicionamento entre elas.

A despeito do discurso da abertura comercial, da internacionalização, os países mais desenvolvidos, em defesa de seus interesses, utilizam-se da prática de protecionismo de toda ordem, estabelecendo barreiras, não mais tarifárias, mas, sim, mais sofisticadas, através do controle de qualidade, cer-

tificados de origem, cotas voluntárias, política agrícola comum, proteção ambiental etc.

A União Européia já se antecipou à criação do selo verde, indicador de que um dado artigo foi produzido sem ferir determinadas normas de proteção ambiental por ela definidas. Em realidade pretende, com tal atitude, o estabelecimento de uma forma indireta de impedir a comercialização de produtos altamente competitivos em seu mercado, originários de países de menor desenvolvimento e com custos de produção menores. Trata-se de discriminação unilateral, questionável em termos de mercado internacional.

Ressalta-se que, a partir do encerramento da Rodada Uruguaí do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), mais esforços dos países em desenvolvimento têm sido exigidos, uma vez que tiveram redução no tratamento especial de que se beneficiavam. A América Latina procura adequar suas políticas econômicas à nova realidade do comércio internacional. A OMC reduz políticas restritivas através do instrumento tarifário, mas permite um maior grau de discriminação entre parceiros comerciais. Ao mesmo tempo em que liberaliza, garante uma certa margem de protecionismo via tratamento preferencial.

Assim, à luz desse entrelaçamento, que caracteriza o início do século XXI, analisam-se os fatos econômicos recentemente passados, já que, da correta interpretação dos mesmos, depende o sucesso da inserção econômica do Brasil no novo cenário mundial.

Verificou-se, ainda, que 87% do comércio mundial concentraram-se na América do Norte, Europa Ocidental e Ásia, 43% das exportações foram da Europa Ocidental (85% partiram da UE). Em conclusão, os três principais membros do G-8 (EUA, Alemanha e Japão) respondem por 30% do comércio mundial, tanto de bens quanto de serviços.

No que tange ao comércio internacional, a posição brasileira de participação encontra-se muito aquém daquela compatível com a sua extensão territorial, com o seu volume de recursos

naturais, assim como com a existência de uma população em condições de explorar tais riquezas.

Outra vertente importante, e contrastando com a liberdade dos capitais, é o trabalho, ou seja, o homem, ressentindo-se das enormes dificuldades que encontra (em razão de políticas xenófobas) passa a movimentar-se em busca de fronteiras mais vantajosas para o emprego de suas habilidades individuais. O mercado globalizado funciona de acordo com suas próprias leis, isolando-se dos contextos políticos e sociais, causando seríssimas apreensões no que diz respeito à questão do desemprego estrutural decorrente dessa nova realidade que atropela planejamentos e engolfa sociedades.

Nesse cenário de mudanças ainda não concluídas, o mundo enfrenta uma dolorosa transição - na qual se questionam valores do Estado-Nação e das próprias sociedades -, sem se definirem claramente as características de novos paradigmas que fundamentem a organização política, social e econômica dos estados no ambiente globalizado neste início de século.

Sem dúvida, a globalização é um fenômeno contemporâneo, do qual nenhuma nação que almeje o desenvolvimento pode abdicar. Por isso, a análise de seus reflexos precisa ser elaborada levando-se em consideração um contexto abrangente, onde, evidentemente, estão fixadas as singularidades e as formas de inserção de cada sociedade nesse processo.

Há uma tendência de crescimento da migração mundial com eventuais "ondas de bárbaros". Estes têm sido rechaçados, criando um grande problema social, tendo em vista a baixa qualificação profissional e o pequeno número de vagas de serviços desqualificados, como é o caso dos emigrantes da Eurásia e de alguns países latino-americanos.

Os problemas étnicos tendem ao agravamento e a gerar conflitos localizados, com necessidade de interferência das Forças Armadas, podendo comprometer a estabilidade política dos países com maior efervescência, como os tribalistas africanos e os remanescentes do antigo império soviético.

Havendo conflitos étnicos em países que são estrategicamente interessantes para as potências, estes poderão sofrer fortes ingerências em seus assuntos internos e terem as suas soberanias comprometidas. Ainda sobre a questão étnica e/ou religiosa, existem vários focos de tensão na Europa.

O desemprego é o novo fantasma mundial. A evolução dos processos e o emprego de tecnologias da produção de bens e serviços estão naturalmente reduzindo os postos de emprego, inclusive nos países em desenvolvimento. O desemprego, no entanto, é considerado por alguns especialistas como um problema econômico e não de mercado de trabalho; portanto, passível de combate e sazonal.

A divisão do mundo em dois blocos ideologicamente antagônicos, que manteve a humanidade sob ameaça de holocausto, não mais existe. As estruturas de poder que garantiram a estabilidade do mundo por todo esse período também desapareceram.

O fim da Guerra Fria implicou a mudança de um sistema de alta confrontação e baixa estabilidade para o sistema de baixa confrontação, porém de alta instabilidade.

A supremacia de uma só potência na expressão militar e a multipolaridade econômica, associadas à distribuição irregular dos recursos naturais no globo terrestre e ao quase certo entrechoque de interesses competidores, apontam para inúmeras possibilidades de conflito por razões econômicas. Em função da globalização, esses conflitos normalmente obedecerão a um padrão claramente demonstrado na Guerra do Golfo: a execração e isolamento do país causador da instabilidade ou o alto risco para a economia mundial e a intervenção sob o manto protetor de resoluções nas Nações Unidas ou nos órgãos regionais. A perspectiva de uma "Pax Americana" tem sido confirmada, em parte, com os Estados Unidos se dispondo a intervir em conflitos localizados, onde os seus interesses possam correr riscos.

A atual situação mundial aparenta um ambiente de paz, porque os interesses estão ainda

em ordenação, buscando se acomodar em perspectivas mais vantajosas sem entrar diretamente em confronto. Quando as posições começarem a ficar definidas, certamente ocorrerão entrechoques mais violentos.

As reduções nos investimentos em armamentos, na verdade, caracterizam uma troca de quantidade por qualidade, pois, por meio de novas tecnologias, a letalidade das armas foi tremendamente ampliada, podendo-se assim reduzir as suas quantidades e crescer a capacidade, já avassaladora por conta dos arsenais nucleares, de infligir danos no campo da guerra convencional.

Novas potências militares despontam no cenário mundial. A Alemanha, após um longo período de retraimento, já tem a liberdade de enviar tropas para o exterior em missões de paz. O Japão, hoje ocupando o segundo lugar mundial em nível de despesas militares, também começa a reaparecer nesse contexto. Outros países, de posse de artefatos nucleares, candidatam-se a ser potências locais como a China, Índia, Paquistão e Israel. O quadro militar, longe de simplificar-se, cresceu em complexidade.

Na África, nações inteiras se desestruturaram completamente. Frutos de limites artificiais, herdados do colonialismo europeu, esses países vivem hoje tragédias marcadas pela luta interna tribal de eliminação. Países como a Libéria, antes um marco de estabilidade, passam a ser palco de conflitos avassaladores que destroem toda a estrutura social. A ineficácia dos organismos competentes para solução desses conflitos indica que eles perdurarão por algum tempo.

Outro tipo de ameaça à paz, evidenciado na atualidade, é caracterizado pelos conflitos de natureza religiosa, alicerçados em crenças extremamente arraigadas, dos quais pode-se citar a ação terrorista do fundamentalismo muçulmano e o que ocorre entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte.

No Ocidente, os casos de fanatismo religioso são ocasionais, excetuando-se a Irlanda, e não representam problemas de monta para os estados. Nos países em que minorias radicais têm expandi-

do suas ações, em especial os fundamentalistas dos países do Oriente Próximo, o problema está na conjunção Estado/Igreja, que faz com que as decisões políticas sejam guiadas pelo fanatismo religioso.

O fundamentalismo muçulmano vem crescendo e ganhando força em todo o mundo. As desagregações da URSS e da Iugoslávia fizeram surgir novos estados muçulmanos na Europa, como a Bósnia, e na Ásia, como o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Tadjiquistão, entre outros. Embora ameace principalmente os países do Primeiro Mundo, em particular os Estados Unidos, o fundamentalismo islâmico se volta contra todos os que tentam modificar a cultura islâmica, baseada nos dogmas do Corão.

A situação política no Oriente Médio e na região do Golfo Pérsico, marcada, nos últimos anos, por sucessivos e intermináveis focos de conflitualidade, é atualmente explosiva e de evolução imprevisível.

O diferendo palestino-israelense, agora circunscrito às posições divergentes defendidas pelas facções extremistas de ambas as partes litigantes, arrasta-se ao longo das décadas, sem que se vislumbre solução imediata e definitiva. A pátria de religião judaica é olhada como potência militar invasora e ocupante, mobilizando antagonismos e hostilidade da maioria dos países árabes vizinhos e dos estados do Golfo.

A morte de Yasser Arafat, líder histórico do movimento nacionalista palestino, em novembro de 2004, ameaçou desintegrar a tênue linha de poder entre a autoridade Nacional Palestina (ANP) e as dezenas de organizações que lutam contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da faixa de Gaza. A eleição do Presidente Mahmoud Abbas, em janeiro de 2005, no entanto, foi considerada legítima pela comunidade internacional, e o processo de institucionalização da ANP é visto com otimismo cauteloso.

Ao contrário de certos países, a democratização palestina é esperada, em certa medida, com preocupação pelos EUA. Em eleições mu-

nicipais que antecederam em semanas o pleito presidencial, o Hamas - responsável por centenas de atentados terroristas contra civis israelenses e ataques paramilitares contra soldados e colonos - conquistou várias vitórias. A tentativa de o grupo se tornar uma força política não agrada EUA e Israel. Ao mesmo tempo, impedir sua entrada é considerado um convite a mais ataques, um golpe contra reformas e uma ameaça de guerra civil.

E é assim que, transcendendo o conflito que opõe israelenses e palestinos, se alude, frequentemente, ao problema árabe-israelense. Refletindo a atual conjuntura na região, essa expressão comporta, seguidamente, um sentido mais amplo e abrangente.

Após o acordo de paz de Camp David, celebrado em 1978, o Egito e a Jordânia - depois da reconciliação com Israel - são as únicas honrosas exceções a essa tendência conflitiva.

Com a fragmentação existente na ordem mundial, é de se esperar a proliferação de grupos terroristas, de todas as naturezas, devendo ocorrer crescente insegurança no nível internacional, pois esses grupos desejam chamar a atenção para as suas causas. Os países mais ameaçados são, usualmente, os do Primeiro Mundo, onde a repercussão dos atentados é maior.

As atividades subversivas do Hamas representam um perigoso exemplo de terrorismo com resultados práticos. A sua atuação é susceptível de funcionar como paradigma, gerando o fermento necessário à generalização de infundável onda de violência fundamentalista noutras zonas de implantação do radicalismo islâmico.

No terreno operacional, o Hamas pratica um terrorismo urbano implacável por meio de ataques cometidos por comandos suicidas. Entre estes avultam os chamados "homens-bomba", autênticos mártires, dispostos a morrer em nome da jihad.

O Iraque é um exemplo incontestado de como, na busca da democracia, se pode resvalar para a

violência, para o caos social e para o risco do desmembramento estatal. O país mesopotâmico também é um bom exemplo do que poderia chegar a ocorrer, em grande escala, em uma região dominada por fronteiras artificiais, controvérsias territoriais, populações e etnias irredutíveis e arraigadas em suas crenças, além da presença de um islã radical, fervorosamente militante e enfaticamente ideologizado.

A verdade é que a invasão unilateral, decidida pelo governo Bush, está provocando, efetivamente, um retrocesso civilizatório em toda a região, não só pela destruição física imposta ao Iraque, inclusive as pilhagens de seus museus e lugares históricos, mas também pelo risco de imposição de um governo xiita clerical, encerrando o laicismo do Partido Baath. Ironicamente, isso aproximaria o Iraque do Governo iraniano, considerado pelos neoconservadores uma das maiores ameaças estratégicas aos seus planos hegemônicos.

Os atentados terroristas de cunhos nacionalista e religioso radicais estão crescendo no mundo. Os exemplos dos EUA, do Japão e da Espanha, onde ocorreram alguns de repercussão internacional, incluindo o emprego de armas químicas, abriram uma ampla possibilidade de posse de armas de destruição em massa por grupos voltados para atividades dessa natureza.

Na América do Sul, algumas organizações originalmente dedicadas à luta ideológica, lamentavelmente se transformaram em grupos criminosos. As Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, foram criadas, em 1964, como braço armado do Partido Comunista. Lutava contra a influência americana e as multinacionais. Desde o início, seqüestros e extorsão foram utilizados para financiar suas ações. Com o passar dos anos, a proteção a traficantes e o próprio tráfico se tornaram lucrativos. Parte do grupo - talvez a maior parte - aderiu ao tráfico.

O MIR, Movimento de Esquerda Revolucionário, braço armado do Partido Comunista do Chile, foi criado na década de 1960. Lutou contra

a ditadura. Com o advento da democracia, o grupo perdeu apoio popular. Foi responsável pelos seqüestros do empresário brasileiro Abílio Diniz, em 1989, e de Washington Olivetto, em 2001.

O Sendero Luminoso, grupo fundado também no decênio de 1960, pretendia destruir as instituições peruanas e instaurar um governo popular. Depois de presos seus líderes em 1995, o grupo passou a realizar crimes comuns e tráfico de substâncias estupefacientes.

As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) surgiram na década de 1980 como grupos paramilitares de direita de defesa de empresários. Acahou-se envolvendo com traficantes de drogas.

Os problemas entre nações e as fricções geopolíticas continuam a existir no mundo todo. Durante a Guerra Fria, havia muita cautela no seu trato, por receio de agravamento de tensões em maior escala. O recurso ao emprego da força se torna mais factível na atual situação, em que não existe mais o perigo de disseminação, e a intervenção por parte de outras potências se torna arriscada ou não apresenta interesse.

Com o fim da Guerra Fria e o advento dos novos padrões de relacionamento do ambiente internacional, criados pela globalização, surgiu o conceito de que as ameaças externas deixam de ser importantes para as nações, devendo as suas Forças Armadas estender a atuação a campos diferentes, que possam se configurar como uma ameaça regional ou mundial, tais como o narcotráfico, a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos. Esse conceito, Segurança Cooperativa, é esposado pelos países desenvolvidos e, nas Américas, pelos EUA e Canadá. Ele parece ter resultado da adaptação do conceito originalmente esposado pela doutrina dos EUA, para combater movimentos comunistas na América Latina, hoje duramente criticado dentro do seu próprio país. Ocorre que a sua adoção transforma as Forças Armadas dos países em desenvolvimento em polícias especializadas nessas áreas, criando, assim, as melhores condições para as intervenções

externas. O Brasil não compartilha dessa visão, postulando que desequilíbrios de caráter econômico são as principais razões de insegurança.

Há, também, dentro dessa mesma ótica, a idéia de criação de forças multinacionais permanentes, em nível mundial e regional, capazes de atuar em operações de paz. A consideração de que a estabilidade democrática é essencial para a convivência e cooperação entre os países justifica diversas formas de intervenção, começando pela via diplomática (como ocorreu recentemente no Paraguai) e podendo chegar a formas mais duras como as operações denominadas de “imposições da paz” (*peace enforcement*).

As operações de paz passaram a ser utilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos *seus principais instrumentos de atuação no campo da manutenção de paz e da segurança internacional*. No final da década de 1980, com o fim do confronto ideológico e a aproximação das duas superpotências (Estados Unidos e Rússia), no âmbito do seu Conselho de Segurança, as Nações Unidas passaram a ter maior liberdade de ação, ampliando essas operações, seja através de missões desarmadas de observação, seja com o envio de tropas, em função dos conflitos surgidos com o final da Guerra Fria e alimentados por latentes rivalidades de fundo étnico-religioso ou mesmo tribal.

As operações de manutenção de paz, em termos conceituais, visam a substituir o uso da força por intervenção pacífica, com o consentimento de todas as partes envolvidas.

As formas de operações de paz são as seguintes:

- pacificação (*peace making*), através da mediação diplomática com assessoria militar;
- construção da paz (*peace keeping*), para a fiscalização do cessar-fogo estabelecido;
- imposição da paz (*peace enforcement*), uma intervenção militar convencional, com separação dos beligerantes pela força.

Quanto ao Hemisfério Sul, há uma tendência para a redução das forças militares e restrição

ao acesso a tecnologias sensíveis. As pressões exercidas por países ricos visam ao desvio das forças militares dos países em desenvolvimento para atividades policiais, principalmente, aquelas ligadas ao narcotráfico. O argumento é que não há mais necessidade de gastos militares, uma vez que a Guerra Fria terminou, e as ameaças foram reduzidas. As Forças Armadas, nesse caso, se deveriam preocupar tão-somente com a segurança interna, deixando as questões de segurança externa sob a guarda e proteção dos organismos internacionais. No final de 1998, contudo, começaram a surgir indícios de mudanças dessa filosofia, pois os Estados Unidos (e, de certa forma, os produtores de armamentos da União Européia) se deram conta de que acumulavam grandes estoques de material de emprego militar que, para seus níveis de sofisticação bélica, estavam ficando obsoletos. A fim de reduzir o custo de seus programas ininterruptos de aperfeiçoamento de arsenais, esses países começaram a promover programas de “modernização” de países em desenvolvimento.

Em última análise, o fim da bipolaridade abre uma era de “poder difuso”, na medida em que o receio de um conflito nuclear praticamente desapareceu. Novos conflitos armados surgem, e o poder militar é utilizado em toda sua plenitude. Os conflitos no Golfo e na Iugoslávia são decorrentes desse tipo de atitude.

O grande impulso provocado por duas guerras mundiais no século passado, no curto espaço de vinte anos, levou o mundo a uma sociedade dita tecnológica, surpreendente pela velocidade com que as mudanças ocorrem, entre elas a globalização da economia, que tantas e radicais modificações está trazendo ao mundo, somente possível graças à tecnologia da informação, nascida dos avanços da ciência a serviço dos citados conflitos.

A plena economia de mercado de âmbito mundial tem exigido competitividade dos seus participantes, ou dos que dela desejam participar, o que tem significado para os seus integrantes ad-

quirir e manter qualidade, produtividade, modernidade e grande capacidade de reação nesse ambiente de alta velocidade na evolução tecnológica.

Ciência e tecnologia, constituem, portanto, a verdadeira diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, excluindo do futuro aqueles situados abaixo da linha de alta capacitação tecnológica. Impulsionada pela tecnologia da informação (ou revolução da informação, como querem alguns), a economia, baseada no conhecimento, atribui à educação elevada importância estratégica: a mão-de-obra qualificada é fundamental para o desenvolvimento, e o insumo básico do bem-estar social que as sociedades desejam é a inteligência, sendo secundária a disponibilidade desta ou daquela matéria-prima.

Os dois países de maior densidade tecnológica - Estados Unidos e Japão - possuem os menores índices de desemprego no mundo. A Europa, terceira maior concentradora de tecnologia, somente não melhorou esse índice em razão dos moldes social-democratas do estado previdenciário adotado por seus países, que influi diretamente na taxa de desemprego pelos altos custos impostos às empresas.

Outros efeitos igualmente impactantes sofre essa sociedade da tecnologia: na área política, a busca pelo poder reduziu a um círculo muito restrito os países que dominam tecnologias sensíveis, cuja aplicação militar é capaz de destruir a humanidade várias vezes. A pretexto de controlar esse conhecimento, os Estados Unidos pressionam para a proibição definitiva de testes nucleares e para vedar acesso ao ciclo completo da tecnologia nuclear aos países que ainda não o detêm.

Foi aprovado em assembléia da ONU documento conhecido como Tratado de Proibição Total das Provas Nucleares, que completa o conjunto de sete outros protocolos que, desde 1965 (Tratado de Não Proliferação Nuclear - TNP), tentam cercear experimentos nucleares. O grande questionamento dessas imposições provém do fato de que os principais países detentores de

arsenais nucleares já conseguem realizar seus experimentos com o recurso de simulação em computador, o que não ocorre com os demais detentores da tecnologia nuclear.

O hiato entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos decorre, basicamente, da existência de profundos desníveis no acúmulo e no emprego do conhecimento e das dificuldades de aquisição e transferência de tecnologia, restando aos países mais atrasados, nesse aspecto, o consolo de que a ciência é um bem universal à disposição de todos.

O conhecimento é poder que se traduz em automação industrial, reciclagem produtiva da mão-de-obra tornada excedente, acesso à informação, produção e conservação de energia e alimentos, fabricação de novos materiais, transformações ambientais, exploração da fauna e flora marinha e terrestre, bancos de germoplasma, aprimoramento genético, redução de espaço e tempo em todas as atividades humanas, dinamização do mundo dos negócios e ampliação da capacidade prospectiva e realizadora da Humanidade.

Um fator de preocupação crescente de todos os países, na atualidade, é a explosão demográfica, sempre associada à crescente demanda de alimentos e de água potável, que dependem da preservação das boas condições do solo e do meio-ambiente. Invocando direito de ingerência, as nações mais fortes começam a inserir em sua agenda programas de controle dos mananciais de água doce e das florestas do mundo inteiro.

Progressivamente, a ciência e a tecnologia estão conduzindo os povos a serem nitidamente diferenciados em duas classes: a dos desenvolvidos, ou seja, os que possuem o conhecimento e sabem como transformá-lo em tecnologia, detendo, em conseqüência, o poder e independência; e a dos subdesenvolvidos, isto é, aqueles carentes de conhecimentos, portanto, absolutamente dependentes e sem capacidade de influenciar o contexto onde se inserem. A diferenciação será tanto maior quanto maiores forem os investimentos em edu-

cação e pesquisa. O Terceiro Milênio caracterizar-se-á, certamente, pelo domínio do conhecimento.

Formação multidisciplinar, forte embasamento em ciências humanas e exatas, domínio da informática e de vários idiomas, visão humanística e social, reengenharia da engenharia (aprender a aprender e saber fazer) e intransigência com a qualidade são algumas das características que se exigem do homem atual e que, projetadas em nível mundial, desenham com nitidez o perfil do homem e das instituições que competirão no século XXI.

De conclusivo, o fato de que a ciência e a tecnologia reproduzem e aprofundam as atuais formas de dominação dos centros de poder mundial: Estados Unidos, União Européia e Japão. Na raiz dessa discussão, a revolução da informação (cujo produto mais conhecido e manuseado é a Internet), que agrega poder às nações na mesma medida em que agrega conhecimento.

Um dos reflexos visíveis da presente conjuntura é a interdependência das sociedades, estimulada pela rapidez das comunicações e pelas facilidades da informática, reduzindo distâncias, quebrando barreiras e gerando ambiente propício à conscientização da convivência em um mundo globalizado.

Conclusão

Em síntese, os seguintes aspectos caracterizam a atual situação mundial:

1. existência de apenas uma superpotência global;
2. supremacia de uma só potência na expressão militar;
3. proliferação de crises e conflitos de razões e natureza variadas;

Nota

Aqueles que estiverem interessados em se aprofundar no tema poderão acessar os seguintes sites:

<http://www.esg.br/cee/index.html> (Escola Superior de Guerra);

www.reservaer.com.br (Clube Virtual dos Oficiais da Reserva e Reformados da Aeronáutica), acessando as seguintes seções: "Assuntos Estratégicos" e "Estratégicos Militares".

4. tendência predominante à regionalização e à globalização na estrutura do relacionamento mundial;

5. tendência à formação de megablocos econômicos e a decorrente competição entre eles;

6. multipolaridade econômica;

7. perda do poder de barganha dos países periféricos;

8. introdução, na agenda global, de temas como meio-ambiente, narcotráfico, direitos humanos, soberania limitada, gestão compartilhada, dever de ingerência, *Good Governance*;

9. internacionalização da produção industrial e homogeneização de mercados;

10. surgimento de empreendimentos transnacionais e de organismos internacionais, destinados a regular a economia em escala planetária;

11. escalada de atentados terroristas de cunhos nacionalista e religioso;

12. ressurgimento de conflitos de natureza étnica;

13. recrudescimento de conflitos de caráter religioso;

14. aumento da conflitualidade no Oriente Médio;

15. inserção, como membros da OTAN, de países anteriormente pertencentes à extinta União Soviética e ao Pacto de Varsóvia;

16. a temática ambiental, com ênfase à degradação causada pela exploração dos recursos do planeta;

17. intervenção de países militarmente fortes nos mais fracos, por questões variadas e ao arrepio do Conselho de Segurança da ONU e das leis internacionais;

18. aparecimento da rede internacional de computadores, ligando o mundo e seus atores. ☺